

especial/cultura

Memórias e amnésias do

● **MEMÓRIA DA REFORMA AGRÁRIA**
António Barreto
Europa-América, 1983

ANTÓNIO Barreto, sociólogo e antigo ministro da Agricultura, em situação de reserva política não desmentida, acaba de lançar com certo alvoroço uma série de volumes de feição universitária, da autoria de vários autores, sobre a "reforma agrária". O primeiro desses volumes é assinado pelo próprio director da série e intitula-se "Memória da Reforma Agrária", sendo no essencial constituído por quinze entrevistas feitas em 1979-80 a pessoas que, de uma forma ou de outra, viveram e continuam a viver os acontecimentos das ocupações e desocupações de terras no Alentejo. Embora A. Barreto anuncie que é mais organizador do que propriamente autor do livro, ao assiná-lo (em colaboração com José Barreto), assumiu deliberadamente, se não as palavras mesmas dos seus entrevistados, pelo menos a sua escolha, a sua forma, o seu auditório, em suma, as suas consequências.

O político e o cientista

Como o autor não pode, quer o pretenda ou não, aspirar ao salutar anonimato político do puro cientista social, o livro surge inevitavelmente como um acto de política se não nas suas intenções pelo menos no seu impacto. Nas sete escassas páginas da sua introdução, o autor evitou ao máximo comprometer-se. Procurou, como

Um livro que surge inevitavelmente como um acto de política, tentando exorcisar o fantasma revolucionário que pesa sobre o Alentejo, reduzindo os violentos acontecimentos das ocupações e desocupações de terras às proporções de um "episódio".

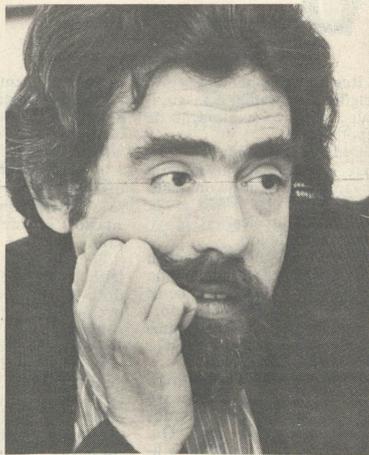
Manuel Villaverde Cabral

dariam os franceses, não se molhar, sacudindo a água polémica para cima dos capotes alentejanos dos seus entrevistados. Diz ele: "O autor procurou evitar um papel activo, assim como impedir uma revelação clara das suas simpatias políticas" (p. 15). Simplesmente, o autor não precisa de revelar as suas "simpatias políticas"; estas não são meras "simpatias"; são, entre outras coisas, uma lei famosa que traz o seu nome escrito nas paredes deste país. Tentou ainda o autor sangrar-se em saúde, escrevendo que "estas 'histórias de vida' falam por si e representam-se a si próprias: não pretendem generalizações, nem reclamam representatividade estatística" (p. 15).

Com efeito, não tem qualquer representatividade estatística o facto de, numa região onde, quer isso nos agrade ou não, se vota a 50% ou mais no PCP, apenas dois dos quinze entrevistados manifestarem simpatia por aquela organização... Como também não tem qualquer representatividade estatística, nem outra que eu veja, o facto de, numa região onde o proletariado rural constitui a grande maioria da população activa, apenas um quarto do "tempo de palavra" lhe ser consagrado... O mais importante, porém, no que respeita às relações entre ciência e política, não reside aí, mas no esquecimento, por parte do autor, de que "deixar que os factos falem por si"

pode ser — e cito as palavras proferidas por Max Weber há mais de sessenta anos — "a forma mais desleal de exercer pressão sobre o auditório".

Ora, além das distorções "estatísticas" já observadas, também não é verdade, infelizmente, que o autor tenha tido o estoicismo de resistir à tentação de "orientar" os seus entrevistados. Aliás, não conheço ninguém que o tenha conseguido a cem por cento. Fê-lo tantas vezes que as não posso citar todas agora. Por exemplo, na pág. 312 convidou o entrevistado a pronunciar-se sobre "o futuro", quando o tema suposto das entrevistas era "a memória". Mais grave, na pág. 204, depois de o entrevistado — apresentado no



António Barreto: juiz e parte no processo

grupo dos assalariados, mas na verdade um encarregado do pessoal cuja lealdade para com o patrão nunca esteve em dúvida — lhe ter dito que "os senhores do Ministério e do Centro de Reforma Agrária foram sempre uns bandidos", o autor faz-lhe esta pergunta surpreendente: "Como é que eles se chamavam?" E na pág. 326 há mesmo um bizarro interrogatório sobre as "ideias políticas" de um antigo ministro da Agricultura...

É legítimo perguntar, pois, porque motivo o autor ignorou o preceito, particularmente aconselhável em matéria tão áspera como esta, de ocultar os nomes dos personagens reais do drama? Perguntar se o autor não se deu conta de que, ao aceitar fazer-se eco de suspeitas acerca da sinceridade e da integridade políticas de outras pessoas, isso lhe faz correr o risco de que essas pessoas ponham em causa a sua sinceridade? Perguntar se A. Barreto nunca teve a impressão de que, tendo diante de si a pessoa do autor das leis agrárias de 1977, os entrevistados poderiam não estar "à vontade", ou demasiado "à vontade", para responder? Perguntar se não é surpreendente ver citados os nomes de quase todos os protagonistas, geralmente sob forma insultuosa, sem que o nome do autor, enquanto protagonista dos mesmos acontecimentos, jamais surja na boca dos entrevistados? Perguntar ainda se não lhe pareceu difícil ser juiz e parte neste processo? Enfim, se não sentiu que há nesta memória demasiadas amnésias?

Onde quer então o autor chegar? Com efeito, não só o

livro é um livro político como tem, na sua aparente inocência, uma tese a defender. Quanto a mim, era preferível tê-lo dado a entender abertamente, tanto mais que o autor revela, nas entrelinhas, pelo menos duas das três qualidades que Weber exigia aos políticos de vocação. Revela uma paixão positiva, e não meramente negativa, e revela medida. O que os ataques de amnésia não deixam revelar é o sentido da responsabilidade. A paixão, quanto a ela, manifesta-se na continuada defesa da transformação do latifúndio alentejano em explorações dimensionadas à escala de um hipotético empresário familiar capitalizado e modernizado. E a medida do político revela-se, simultaneamente, no facto de não cair na esparrela da "desproletarização" e de identificar, com razão e precisão, quem são os seus interlocutores privilegiados: esses "rendeiros" a quem concede perto de metade do livro e de quem nos dá cinco retratos demasiado idílicos para não serem, eles também, políticos, como aliás o são várias das pessoas entrevistadas, o que mais distorções introduz ainda na "memória".

António Barreto pretende que "a revolução de 1974 não foi generosa com os rendeiros. Como não o tinha sido o antigo regime. Como parece que estão apostados em não o serem nem o capitalismo nem o comunismo" (p. 16). Também aqui há um lapso de memória quanto ao papel do autor na revisão das leis do arrendamento rural lançadas em 1975. Adiante, porém. Há também esquecimento quanto ao facto, sabido do autor e justamente

● **NO REINO DOS FALSOS AVESTRUZES**
João Martins Pereira
A Regra do Jogo, 1983

"Toute morale suppose la fin de l'Histoire (ou plutôt de la fin de l'Histoire et l'apparition du règne de la morale). Mais la fin de l'Histoire est aussi la mort"

Sartre, "Cahiers pour une morale", p. 149

1 — NÃO sei se Martins Pereira é um leitor entusiasta de Rousseau. Para o caso tanto faz. Porque o que é curioso é ver como uma determinada corrente de sensibilidade se desenvolve à sombra daquilo que em Rousseau poderíamos designar como uma dupla antropologia: um grande amor pela humanidade em geral coexistindo com um olhar algo sobranceiro sobre o viver dos homens em concreto ("J'aime trop les hommes pour avoir besoin de choisir parmi eux; (...) Cet intérêt pour l'espece suffit pour nourrir mon coeur"). Isto permite que um indivíduo se situe numa espécie de isola-

Em nome da Esquerda como transparência e "boa fé", um isolamento extremo aparecendo como força normativa, rejeitando a própria ideia do político.

Eduardo Prado Coelho

mento militante: e Martins Pereira, ao publicar "No Reino dos falsos avestruzes", escolhe, com alguma volúpia, esse tipo de posicionamento (revolta contra tudo, e todos, incluindo ele próprio). Mas torna também legítimo que esse isolamento extremo apareça com

uma força normativa em relação aos outros. De certo modo, o que aqui se passa é como que uma teoria da vanguarda conduzida até um limite quase insensato — e uma tal capacidade de assumir a insensatez confere uma dimensão estética a um tal processo.

Penso que poderemos encontrar, na cena cultural portuguesa, outros exemplos de uma semelhante atitude: é o caso de uma certa feição do Teatro da Cornucópia, realizado em nome de um progressista público em geral, mas tremendo de pânico se esse público começa a gostar (se o espectáculo se torna "popular", é porque há algum equívoco...); ou é ainda o caso de um interessantíssimo primeiro filme de Jorge Silva Melo, "Passagem ou a meio caminho", em que o modelo de Büchner permitia evocar a solidão dos que trabalham pela libertação dos camponeses no meio da indiferença daqueles que deveriam libertar; ou temos o exemplo da bellissima ficção de Eduardo Dionísio. Mas não vale a pena continuar. Só queria deixar claro que o mais recente livro de João Martins Pereira, correspondendo à vontade de

"dizer tudo o que me viesse à cabeça, libertar-me ao menos da culpa de não o ter dito", "sobre este pântano político e cultural em que nos vamos atolando", corresponde também a uma postura estética de invulgar energia e produtividade — embora essa atitude estética implique sempre, num feixe interminável de contradições, um lugar politicamente inabitável.

A Esquerda, ideia ideal

2 — João Martins Pereira escreve em nome da Esquerda. Isso pode levar-nos a procurar saber de que se trata quando se fala de Esquerda. Nesse ponto, o seu livro é particularmente elucidativo.

A Esquerda começa por ser o lado do esforço. Ser de Esquerda tem um preço. Ser de Esquerda não pode ser uma atitude gratuita. Martins Pereira explica-nos isto quando procura demonstrar que o enismo é hoje a atitude fácil para a Esquerda. Mas "ser de esquerda não tem necessariamente de ser cómodo. Quase

nunca é" (p. 66), e, portanto, "ser de esquerda hoje passa por uma condição básica: conseguir não ser enista, isto é, ser capaz do esforço que isso implica" (ibid.). Tal como no "Emile" de Rousseau se distingue entre ser bom e ser virtuoso: "Que é um homem virtuoso? É aquele que sabe vencer as suas afeições; porque só então segue a sua razão, a sua consciência; faz o seu dever; mantém-se na ordem, e nada o pode afastar dela". Onde, "aprende a tornar-te o teu próprio senhor, disciplina o teu coração, ó Emílio, e serás virtuoso", porque "enquanto a virtude nada custa a praticar, temos pouca necessidade de a conhecer".

Mas, para Martins Pereira, a Esquerda é inevitavelmente mais qualquer coisa. Ela coloca-se fundamentalmente como ideia (daí a distinção entre a Esquerda enquanto ideia ideal e a Esquerda enquanto "prática política" concreta — cf. p. 103) e, sobretudo, como projecto. E, na sequência disto, como "interrogação, descoberta, desejo". A grande definição de Esquerda que atravessa este livro é a que vem de uma canção de Sérgio Godinho: "Hoje é o

primeiro dia do resto da tua vida". Por isso esta Esquerda é uma esquerda saudavelmente amnésica. Não tem passado, não tem as tradições das lutas operárias nem arrasta consigo o manto de glórias do combate antifascista. É acima de tudo futuro.

Daí que se possa dizer — e Martins Pereira leva esta lógica às últimas consequências — que o Socialismo não faz parte da ideia de Esquerda (p. 105: "Pensarão alguns que o Socialismo faz parte da ideia de Esquerda. É errado, a meu ver. Terá sido assim enquanto não houve 'socialismos reais' — o socialismo era apenas uma ideia, um projecto. Hoje não é assim"). Onde: a ideia de Esquerda situa-se para além do Socialismo. Radicalizando certos temas de Sartre, Martins Pereira concebe a Esquerda como o gesto pelo qual um indivíduo se arranca ao universo da "má fé" e se promove como puro projecto em liberdade de si mesmo (deixando para trás o em-si, a necessidade, a facticidade). Daí que, na pág. 27, se proceda a uma definição utópica de Esquerda: "ainda que pouco se dê por ela, tem de existir"; "só dela podem provir as 'ideias novas' que

O homeopata e os

Alentejo

assinalado por Vítor Matias Ferreira no seu livro sobre as ocupações de terras, de que os rendeiros, como aliás um deles o admite explicitamente, estavam umbilicalmente ligados, para bem e para mal, à estrutura latifundiária da agricultura alentejana. Por outras palavras, há amnésia quanto ao facto de que nunca o proletariado rural poderia ter tocado na terra sem bulir com os interesses dos rendeiros, os quais, diga-se para que conste, eram na generalidade membros da classe patronal.

Mais interessante ainda, quanto à conta, peso e medida do seu discurso, é o facto de o autor, ao pronunciar-se simultaneamente contra o capitalismo e contra o comunismo, deixar pairar uma nota populista, chegando mesmo a apresentar estes rendeiros como "camponeses", quando estamos a falar, em geral, de empresários que estão ou deviam estar, na tese do autor, à cabeça de várias centenas de hectares que não dispensarão abundante recurso à força de trabalho assalariada. E a medida do discurso político afina-se quando Barreto empresta à nota populista um certo tom conservador, ao escrever que "tudo leva a crer que a economia camponesa... demonstre até, desde que beneficiando da modernidade e da tecnologia, possuir algumas vantagens sociais" (p. 17). Entre essas vantagens conta-se, naturalmente, a de minar a implantação de organizações políticas do género do PC.

Reforma ou revolução?

Com efeito, nesta estratégia de paixão e medida, não é de

surpreender que o autor se empenhe em exorcisar o fantasma revolucionário que pesa sobre o Alentejo, reduzindo os violentos acontecimentos das ocupações e desocupações de terras às proporções de um "episódio" (p. 15). Para tanto, socorre-se de várias linhas de argumentação. Uma delas consistiu em orientar a maioria dos entrevistados no sentido de racionalizarem, a posteriori evidentemente, a necessidade de uma reforma agrária. Não aquela que houve, mas outra, que não houve, mas que ele, com total legitimidade, tentou contribuir para que houvesse. Ora, a pergunta que se põe a este respeito é, afinal, muito simples: porque razão aqueles que, a posteriori, se declaram adeptos de uma reforma, esperaram que a revolução os acordasse do seu doce torpor de pelo menos um século de proteccionismos e privilégios? A falta de resposta a esta pergunta é outra das amnésias de que padece esta memória.

Todavia, o projecto reformista de transformar o latifúndio em explorações mais pequenas e mais produtivas, em si mesmo legítimo, depara-se com dificuldades terribes, desde os constrangimentos do ecossistema alentejano até à falência histórica de todas as tentativas de implantação, à escala global de uma economia camponesa no Alentejo. É com isso que o PCP conta, além da industrialização, para continuar a ir ganhando as eleições na região. Barreto não enfrenta, aqui, todas as dificuldades técnicas e sociais do projecto. Limita-se a sondar os seus entrevistados no sentido



Alentejo: reforma ou revolução?

de apurar, na senda dos autores que o precederam nesta via inglória, qual seria a "dimensão ideal" da exploração agrícola no Alentejo. Mas os resultados do inquérito são, no mínimo, decepcionantes: as respostas variam, como sempre variaram, entre 10 e 1000 hectares...

Diga-se, em abono da verdade, que algumas das entrevistas apontam no sentido de uma transformação já em curso. Sob a pressão da revolução — que, quanto a mim, se inscreveu estruturalmente, não episodicamente, no tecido económico, social, cultural e político alentejano — alguns proprietários e rendeiros, depois de fugirem esbaforidos, parecem agora ter começado a

romper com o sistema latifundiário e a converterem-se, finalmente, em empresários. Resta saber qual a dimensão do fenómeno e qual a sua viabilidade a longo prazo. Quanto à economia camponesa propriamente dita, estamos conversados.

Finalmente, há nesta estratégia reformista algo que me incomoda. A fim de legitimar o desejo de ascensão social dos rendeiros e a efectiva ascensão de alguns deles, o autor sente-se obrigado a uma mesma rejeição, por assim dizer simbólica, tanto dos proprietários como dos proletários. Assim, não resistiu à tentação de opôr à imagem, fácil é certo, do latifundiário parasitário e fascistoide, a imagem bastante in-

cómoda também do proletário indolente, invejoso e comunistoide, em suma, do ladrão de terras. Pelo menos, sabemos historicamente que já antes de o PCP existir havia no Alentejo proprietários privilegiados e proletários descontentes. Obviamente, Barreto não subscreve nenhuma daquelas imagens, mas ao pretender que "os factos falem por si", deixou que essas imagens se anulassem mutuamente, como se proprietários e proletários estivessem bem uns para os outros numa revolução que nunca devia ter acontecido. Mas aconteceu. Mais do que chorar o caldo entornado, ao cientista interessa-lhe saber por que se entornou... É evidente que as entrevistas

e o livro no seu conjunto levantam muitas outras questões e que eu gostaria de as ter abordado como merecem, se para tanto me fosse concedido espaço e engenho. Ficamos, pois, os leitores e eu, à espera do anunciado volume de síntese da presente série. Entretanto, formulo um voto para que António Barreto seja, então, mais explícito quanto à sua estratégia, a fim de podermos apreciar a viabilidade do projecto bem como a sua base social potencial, tanto no Alentejo como fora dele, tanto na agricultura como fora dela, pois não é plausível que um discurso eminentemente político como o seu se dirija exclusivamente à agricultura alentejana.

antibióticos



À sombra de Sartre: João Martins Pereira



forjarão as imagens não mitificadas de um futuro — prefiro a 'destino'... — que começa em cada instante e em cada lugar"; "a Esquerda só pode ser o in-poder (e não o anti-poder que a esquerda partidária sem convicção pretende ser) donde decorre que o seu campo de actuação privilegiado é o das ideias"; donde, "é uma 'revolução cultural' que está em causa (não apenas em Portugal), no sentido de uma apreensão renovada de tudo, e

tal revolução tem de ser pacientemente intersticial".

Inteiramente desarmados

Temos assim uma Esquerda definida como algo que se separa do próprio Socialismo, e que surge como um puro projecto de futuro em ideia, marcado pelo in-poder, e devendo resistir às seduções, fáceis e pouco virtuosas, do anti-poder. Tudo isto tem um som relati-

vamente novo no espaço político português. Tudo isto desqualifica em absoluto qualquer empenhamento político que quem quer que se suponha de esquerda tente fazer para além do immaculado reino da ideia. Tudo isto poderá dar uma enorme tranquilidade a todas as forças da Direita portuguesa. Tudo isto nos arma moral e esteticamente em nome da verdade, mas nos deixa inteiramente desarmados no campo político.

De certo modo, resta-nos a curtição da ideia de Esquerda e o prazer furtivo de atirar pedras para o quintal do vizinho que é (ou foi...) da AD. E, de alguma maneira, o grande gozo deste livro, o que lhe dá um sabor adolescente, que tanto nos pode fascinar como irritar, vem desse gosto irremediável de atirar pedras ao vizinho. Martins Pereira não acredita numa verdade de Esquerda que possa sustentar qualquer prática política, até porque situa a esquerda no adiamento de todas as verdades; mas odeia as mentiras da direita. Como Rousseau escrevia numa carta a Dom Deschamps: "A verdade que eu amo não é tanto metafísica como moral; amo a verdade porque odeio a mentira".

Uma rejeição do político

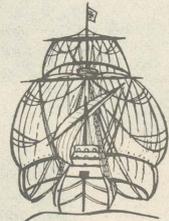
3 — Este livro tem um subtítulo: "um olhar sobre a política". Trata-se de um passo atrás para permitir um olhar de conjunto. O que eu gostaria de insinuar (e digo insinuar porque no espaço

(Continua na pág. 26-R)

Tal como OS LUSÍADAS
O LIVRO DE TODOS
OS PORTUGUESES

FERNÃO MENDES PINTO

PEREGRINAÇÃO



EDIÇÃO ANOTADA, COMEMORATIVA
DO 4.º CENTENÁRIO DA MORTE DE FERNÃO MENDES PINTO
EM LIVRO DE BOLSO COM CAPA
GRAVADA A OURO



PUBLICAÇÕES EUROPA AMÉRICA